



**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO
DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE CARIACICA
GESTÃO 2022/2026**

Dados da reunião			
Local Sala da Diretoria do IPC		Data 13/11/2024	Horário 08h30min
Participantes			
Diretora – Presidente do IPC		Juliana de Lima Silva Rodrigues	P
Conselheiros Titulares		Conselheiros Suplentes	
Priscilla Gracielli do Rosário	P	Brunella Batisti Barcelos	
Bianca dos Santos Rangel Olindino	P	Fernando Santos Macarineli	
Jonas Ferreira Campos	P	Marco Antonio Igídio	
Jhawa Memelli de Moura	P	Sabrina Nascimento Dantas Miranda	
Paulo Cezar Peixoto	P	Maria Rosalina Ribeiro	
Menderson Rezende de Moura	P	Rogério Cipriano Moreira	





Danuza Matos Ribeiro	P	Maria Odete Marchesi Groberio	
Patrícia Luiza Sampaio Miguel	P	Charles Muniz Pereira	
Convidados			
Kamila Délis da Silva	P		
Objetivo			
Reunião Ordinária para tratar e deliberar sobre o seguinte assunto: • Aprovação da ata anterior; • Apresentação da Política de Investimento do IPC para 2025; • Participação das Conselheiras Bianca Olindino e Patrícia Luiza no 12º Congresso Brasileiro de Conselheiros de RPPS;			
Encaminhamentos da reunião			
11º Reunião Ordinária do Conselho Administrativo do IPC na data de 13 de novembro de 2024, na sala da diretoria do IPC sob a direção da Diretora Presidente do IPC Juliana de Lima Silva Rodrigues. Presentes à reunião os conselheiros, Jhawa Memelli de Moura, Priscilla Gracielli do Rosário, Paulo Cezar Peixoto, Menderson Rezende de Moura, Danuza Matos Ribeiro, Bianca dos Santos Rangel Olindino, Patrícia Luiza Sampaio Miguel e Jonas Ferreira Campos. • Iniciada a reunião às 08h30min pela Presidente Juliana de Lima Silva Rodrigues, constatado o quórum, abriu-se os trabalhos dando boas vindas			





agradecendo a presença de todos. A Presidente convidou a servidora Kamila Délis da Silva para a relatoria da reunião, perguntando aos Conselheiros se havia alguma objeção à indicação. Não havendo objeção, ato contínuo, apresentou a pauta a ser analisada: Aprovação da ata anterior; Apresentação da Política de Investimentos de 2025; Participação das Conselheiras Bianca Olindino e Patrícia Luiza Sampaio no 12º Congresso Brasileiro de Conselheiros de RPPS;

Considerando a pauta apresentada, passou-se à discussão dos assuntos do dia:

- **Aprovação da Ata Anterior:** A Ata foi devidamente enviada e não havendo manifestações contrárias, foi aprovada por unanimidade.

- **Apresentação da Política de Investimentos de 2025:** A diretora presidente convidou o Sr. Vitor da empresa LEMA para está apresentando através de vídeo chamada aos conselheiros administrativos do IPC a Política de Investimentos para o ano de 2025.

O Sr. Vitor iniciou sua fala apresentando as principais normas que trata a respeito das Diretrizes de Investimentos no RPPS: a Resolução nº 4963/2021 que é a principal norma que rege os investimentos dos RPPS que no momento está para ser alterada estando o processo em tramitação através do Conselho Monetário Nacional onde está previsto a publicação de uma nova Resolução no início de 2025 e, devido a isso precisará alterar a política de investimentos de





2025 apresentada, sendo assim, necessária a convocação de todos conselheiros para uma nova aprovação; e a Portaria MTP nº 1467/2022.

- Vitor informou aos conselheiros que o IPC trabalha com uma Gestão Própria que é quando a unidade gestora realiza diretamente a execução da política de investimentos da carteira, embora tenham uma estrutura de consultoria de investimentos, gestores e bancos, as decisões são sempre tomadas internamente.

- A carteira de Investimentos do IPC é distribuída em 30 fundos de investimento além de títulos públicos (39% do patrimônio são alocados em títulos públicos), possuindo assim uma carteira conservadora.

- Vitor pontuou a questão do IPC possuir uma posição privilegiada, sendo poucos RPPS no Brasil que possuem uma situação atuarial confortável com estrutura de governança muito robusta e estruturada com decisões de forma colegiada bem definida entre diretoria, comitê de investimentos e consultoria. No contexto geral, Vitor informou que o objetivo é a maximização da rentabilidade, buscando as melhores opções, sendo hoje aplicação em títulos públicos. Outro ponto importante falado por ele é sobre o IPC ser nível 3 no Pró Gestão, sendo também poucos RPPS em média 23 no país, que possuem esse nível de gestão diferenciada.

- A carteira do IPC é distribuída em: 80% em renda fixa; 7% em ações; 7% investimentos no exterior; 6% fundos multimercados; 1% fundo imobiliário (percentuais com arredondamentos).





- Sobre rentabilidade: Portaria nº 1467/22 art. 39 – através da avaliação atuarial realizada pela empresa ETAA usa-se a meta definida por 21.4 anos. Nos últimos 5 anos conseguiu-se bater a meta de rentabilidade nos anos de 2019 e 2023. A meta para o próximo ano a ser buscada é de 9,5%, podendo ser alteradas.

- Riscos de mercado: com investimentos diversificados, o IPC possui um nível de liquidez bem controlado. O acompanhamento de retorno é controlado de forma mensal, periódica e através de relatórios. Em caso de resgates, caso seja necessário é necessária aprovação do comitê de investimentos.

- Transparência: Vitor falou a respeito da forma transparente que o IPC trabalha, tornando pública todas informações de investimento dentro do site da instituição de maneira acessível e atualizada.

Para finalizar, informou que a Política de Investimentos quando aprovada pelo conselho e enviada através do sistema CADPREV do Ministério da Previdência dentro de um demonstrativo, ficando arquivada por 10 anos cumprindo as exigências determinadas.

O Conselheiro Jhawa que também é membro do comitê de investimentos do IPC reforçou a informação dado pelo Vitor, que havendo uma nova resolução, passará novamente para o conselho administrativo a Política de Investimentos 2025 atualizada. Quanto ao perfil conservador, Jhawa disse que estão sendo mais conservador, onde estão aproveitando as altas taxas dos títulos públicos, e comprando títulos fogem de dois tipos de riscos: o risco de mercado e o risco





de crédito. Informou também que, como sendo membro do comitê de investimentos e participou da elaboração da política de investimentos para 2025, iria de abster da votação para aprovação.

Vitor encerrou sua participando, informando que está à disposição do conselho administrativo para falar a respeito dos investimentos do IPC.

A diretora presidente do IPC Juliana, agradeceu a participação do representante da empresa LEMA e reforçou que o instituto se encontra confortável dentro do mercado de investimentos, obtendo um retorno favorável nas aplicações.

Política de Investimentos para 2025 aprovada por todos conselheiros presentes.

• **Participação das Conselheiras Bianca Olindino e Patrícia Luiza no 12º Congresso Brasileiro de Conselheiros de RPPS:** Nos dias 06, 07 e 08 de novembro de 2024 foi realizado através da ABIPEM o 12º Congresso Brasileiro de Conselheiros de RPPS em Aracaju/SE. As conselheiras Bianca e Patrícia estiveram presentes e trouxeram aos demais conselheiros suas experiências em participarem do evento:

- A conselheira Bianca manifestou sua satisfação em poder conhecer mais sobre o RPPS de outros estados, observou que o IPC em comparação aos demais institutos está à frente em vários temas e também como é necessário trazer aos





segurados sobre a conscientização de alguns serviços e direitos que possuem como por exemplo a averbação de tempo de serviço.

Outro ponto importante tratado foi sobre a nomeação de conselheiros dos institutos que acontece através de eleição e durante o mandato não pode ser substituído mesmo se for exonerado do órgão que trabalha, e viu também quanto ao pagamento da Jaton, onde ocorre uma diferença de valor para o membro do conselho que é certificado.

- A conselheira Patrícia falou de um tema que a deixou apreensiva e assustada que foi quanto ao gestor poder escolher o regime de previdência a ser utilizado para os novos servidores estatutários admitidos, demonstrando uma preocupação para ela que a longo prazo poderá decretar a falência do instituto, sendo até sugerido que ocorra um diálogo com o representante do poder executivo municipal para apresentar as dificuldades futuras do instituto para que não aconteça em nosso município. Um ponto importante falado no congresso foi o projeto de Lei que já está em discussão para trazer o auxílio nutrição aos servidores inativos visto que, quando aposentam param de receber o auxílio alimentação.





A diretora presidente Juliana informou aos conselheiros que, referente a Emenda Constitucional 19/1998 que foi validada pelo STF dia 06/11/2024 onde flexibiliza o regime de contratação dos servidores públicos, para o município de Cariacica hoje, matematicamente falando não seria vantajoso migrar para CLT pois um servidor custa para o ente a alíquota de 16% e no INSS a alíquota seria 22,5%. Ressaltou que essa mudança é para novos servidores e que caso o RPPS acabe, o município terá que arcar com a responsabilidade.

O conselheiro Jonas apontou quanto a questão do regime próprio ser municipal e caso venha a falir ou algo pior o prejuízo é grande, enquanto o RGPS sendo federal, e diante de tantos rombos que teve, conseguiu se manter.

O conselheiro Jhawa falou a respeito da perda de estabilidade que está sendo tratada também.

A Conselheira Patrícia opinou sobre dificultar a vida do servidor, ela até questionou ao instituto inovar sobre a diferenciação de tratamento que ocorreu com ela como servidora estatutária, em que servidores que são celetistas e contratados fazem a perícia e são encaminhados para o INSS e quando ela sofreu um acidente e teve 3 dias de atestado foi informada que para ser prorrogado o





prazo, deveria passar novamente por um médico. Ela sentiu uma situação de preconceito com o estatutário.

O conselheiro Menderson informou que esteve uma reunião com o Fernando Macarinelli que é o responsável pelo contrato com a empresa Inovar, empresa contratada para gerir a medicina do trabalho da prefeitura para apontar diversos problemas que os servidores da Educação/SEME.

Juliana disse que como não trata mais no IPC a parte de perícia e atestados médicos dos efetivos, não havia como falar a respeito.

Sobre o auxílio nutrição que está sendo discutido a nível nacional, o conselheiro Menderson disse que quando se tornar Lei, que seja divulgado e tornado público, pois para quem está aposentado, é um ganho imensurável.

Encerrando o assunto, Patrícia informou que foi muito bom participar do congresso, a troca de informação, e sempre que possível, informe para que possam se inscrever.

O conselheiro Menderson perguntou a Juliana sobre o IPC não ser nível 4 no pró gestão e o que faltava para isso. Juliana respondeu que existe apenas 5 RPPS





que possuem nível 4 no país e para o IPC ser nível 4 envolveria vários pontos incluindo mudanças na estrutura física do instituto, não sendo possível de realizar no momento, porém o nível 3 é bem elevado, sendo o IPC o único no estado.

Menderson também informou na reunião que irá realizar a prova para certificação até o prazo estipulado em 31/12/2024.

O conselheiro Paulo enfatizou a importância de participarem de congressos dentro e fora do estado, onde durante esses eventos ele e o conselheiro Jonas trouxeram muito conhecimento para dentro da Câmara Municipal de Cariacica. Ele foi presidente da região sudeste da Associação Brasileira dos Servidores de Câmaras Municipais, e pôde com isso aprender e ensinar e disse aos membros do conselho que se tiverem a oportunidade de irem, aproveitem porque é enriquecedor.

O conselheiro Menderson informou da importância de levar o IPC a congressos e assembleias realizadas pelo SINDIUPES para mostrar as atividades do instituto e tirar dúvidas dos servidores. Juliana disse que se convidada, irá participar.





Menderson informou que na próxima o IPC estará compondo a mesa e providenciará o convite para participação.

O conselheiro Jhawa, pediu e foi incluído na pauta do dia dois assuntos:

- Pedido de filiação de Aposentado ao SINDISMUC: o Conselheiro Jhawa trouxe para a reunião do conselho um ofício de resposta do IPC referente a solicitação de filiação ao sindicato dos servidores públicos de Cariacica de um aposentado sendo respondido solicitando inúmeros documentos que não eram solicitados antes inclusive pedindo cópia da ata de posse do representante da entidade. O Jhawa pediu explicação a diretoria para saber se ocorreu alguma alteração das normas para filiação. A diretora presidente do IPC informou que desconhece tal fato e iria procurar saber o que ocorreu, não sendo o procedimento que ela conhece.

- Nomeação da servidora Jacqueline no conselho fiscal: Jhawa informou que no dia 11/10 foi solicitada a substituição do membro Rodrigo Giori que está no conselho fiscal para a servidora Jacqueline, porém até o momento tal ato não aconteceu. Juliana respondeu ao conselheiro que a Jacqueline não havia realizado a prova e como já falado anteriormente, se colocar alguém sem





certificação no conselho fiscal o município ficará irregular no Ministério da Previdência. A diretora presidente do IPC, mostrou em tela no sistema do ministério da previdência que hoje o município não possui pendências, porém se colocar um membro no conselho fiscal sem certificado, ficará menos de 1/3 certificado não cumprindo o que é determinado.

A conselheira Patrícia solicitou que ficasse registrado em ata que observou a não valorização e utilização adequada dos servidores da plataforma disponibilizada para realização de cursos, causando um desperdício.

A conselheira perguntou a diretora presidente se está havendo a mesma cobrança que estão fazendo ao SINDISMUC para o SINDIUPES com relação a realização da prova de certificação. A conselheira foi interrompida pelo conselheiro Menderson que é o representante do SINDIUPES onde a questionou o tom da pergunta sendo inapropriada até para a presidente do IPC tratar um sindicato de forma diferenciada de outro.

A conselheira Patrícia pediu que fosse registrada que ela foi interpelada da sua fala de forma truculenta, não podendo concluir a frase. O conselheiro





Menderson informou que não a impediu de falar, porém indagou o que foi dito a respeito de sua entidade.

A diretora Juliana informou conforme já explicado em outra reunião, que não ocorreu nenhum ato de pessoalidade, foi apenas porque o membro Pierre que estava no conselho fiscal informou que por questões pessoais não realizaria a prova pois iria pedir exoneração de seu cargo no município. Juliana também informou a todos que se olharem na lei, não diz que para ser membro do conselho fiscal precisa ser de sindicato, diz que precisa de representante de servidores ativos e inativos, somente no conselho deliberativo fala representante do SINDISMUC e a entrada do SINDIUPES foi um acordo que ocorreu em gestões anteriores.

O conselheiro Menderson pediu que ficasse registrado nesta ata que o prefeito na pessoa dele só reconhece e recebe o SINDIUPES como representante da categoria dos trabalhadores em educação pública do município e qualquer situação que coloque dúvidas em relação ao tratamento de um ente ou outro coloca a administração da presidente do IPC em questionamento.





A conselheira Patrícia solicitou que constasse em ata que existe jurisprudência que o único representante da categoria trabalhadora sem escolher qualquer classe é o SINDISMUC e já possuem isso referendado judicialmente.

O conselheiro Menderson informou que precisará de uma reunião da presidência do IPC com a direção do SINDIUPES e será feito um ofício de formalização.

Todos Ciente.

Com as devidas considerações, a reunião terminou às 10:18h. Não havendo mais nada a tratar, eu, Kamila Délis da Silva, lavrei a presente ata e, por ser verdade, assino.

· **Fechamento da reunião**

Data: 13/11/2024 às
10h18min.

Relator: Kamila Délis da Silva

Juliana de Lima Silva Rodrigues

Presidente do Conselho

